

1

ATA 10

2 Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, às 14:00
3 horas, na sede do SEBRAE, cito a rua Dr. Lauro Cunha Fortes, nº 450, bairro
4 de Uvaranas, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho de
5 Desenvolvimento Econômico de Ponta Grossa - CDEPG os seguintes membros
6 titulares: Ciro Macedo Ribas Junior, Edgar Hampf, Indianara Prestes Mattar
7 Milleo, Leonardo Puppi Bernardi, Darcy Miara Junior, Priscila Garbelini Jaronski,
8 Sandra Mara Camargo Queiroz, Cláudio Grokoviski, Jussara Salgado
9 Bittencourt, José Vanilson Cordeiro, Joel Franzim Junior e Wilson Souza de
10 Oliveira e os membros suplentes: Eldo Berger, João Luiz Kovaleski, Adilson Dusi
11 Strack, Ivo Mottin Demiate. Dando início à reunião plenária, o Presidente do
12 CDPGE Sr. Wilson Souza deu às boas vindas aos conselheiros e passou a
13 palavra ao secretário Leonardo Puppi Bernardi, para que lesse a ata de numero
14 nove, da reunião plenária ocorrida em primeiro de julho de dois mil e dezenove
15 e colocasse sobre aprovação dos conselheiros, a qual o membro senhor Ivo
16 solicitou uma ressalva pela correção do seu nome como suplente em seguida
17 aprovada por todos os conselheiros. Indianara Prestes Mattar Milleo, solicitou
18 que seja registrado nesta ata, uma homenagem ao Sr. Wilson Souza de Oliveira
19 pelo prêmio Mérito Empresarial, que é o vencedor na Categoria Serviços. Senhor
20 Wilson agradece e antes de dar sequência na pauta do dia, coloca em questão
21 a pauta que tratou do calçadão na Rua Coronel Claudio. Pediu para que os
22 conselheiros consultassem suas respectivas entidades representadas nesse
23 conselho antes de deliberarem sobre os assuntos pautados nesse conselho, a
24 fim de evitar casos como do Calçadão. Wilson justifica que mesmo os membros
25 sendo pessoas experientes, o voto pertence à entidade que possui um colegiado.
26 Dando sequência, Leonardo explica que a convocação é feita sete dias antes
27 das reuniões, justamente para que possam consultar suas bases, podendo até
28 mesmo ser pelos grupos de whatsapp. Em seguida Priscilla salienta que no
29 primeiro encontro de cada câmara será explicado para que serve a câmara, qual
30 a proposta e objetivo do conselho e a responsabilidade de cada coordenador.
31 Wilson retoma a palavra e começa pelo ultimo ponto da pauta, que trata da
32 estrutura de Apoio ao CDEPG, onde Leonardo apresenta Patrícia e comenta que
33 ela foi gentilmente cedida pela Secretaria de Indústria e Comercio da Prefeitura
34 Municipal e Wilson anuncia que o Conselho terá como Secretário Executivo o Sr.
35 Edson Gil Santos, custeado pela ACIPG até Dezembro de 2019 para suportar
36 as atividades da diretoria e das câmaras técnicas. Com a palavra o Senhor
37 Edgar, inicia renovando agradecimentos ao senhor Joel e ao Sebrae, que
38 juntamente com o Prefeito Municipal, entregaram ao Governo do Estado o
39 Estudo de Viabilidade Econômica de Uso do Parque Estadual de Vila Velha,
40 ferramenta essencial para que seja publicado edital abrindo o processo de
41 Concessão do Parque, edital que será publicado na data de 05 de Setembro de
42 2019, imaginando um cenário ideal, se não houver judicialização, no dia 02 de
43 janeiro de 2020, o Parque já será entregue a iniciativa privada. De acordo com
44 Edgar, estudos realizados mostraram que o parque recebe em média de 65 mil
45 visitantes ano, a projeção é que num período máximo de 3 anos alcancemos o
46 patamar de 200 mil visitantes ano, com uma expressão bastante importante em
47 todos os aspectos da cadeia do turismo, em particular e especialmente nos
48 impostos que hoje são absolutamente zero. A estimativa em termo de

49 concessão no projeto de lei está de 30 anos, sendo no qual cerca de 20 milhões
50 de reais é só da atividade originária, ou seja, somente do ingresso, são 20
51 milhões ingressando nos cofres públicos, estaduais e municipais. Projeção
52 bastante conservadora, o parque já teve uma faixa de 180 mil visitantes, e em
53 15 anos teve uma redução muito forte. Atualmente, o parque abre apenas as
54 sextas, sábados e domingos, em horário normal, tocado pelo IAP, e fica fechado
55 as segundas, terças e quartas, abrindo nesses dias somente com visitas
56 agendadas, com um custo muito maior, por uma serie de questões. O parque
57 custa aos cofres públicos estaduais cerca de 4 milhões ano para manutenção da
58 área toda, a área visitada deve dar em torno de 17 a 18 % de todo o parque, as
59 demais áreas estão intocadas, ninguém mexe e ninguém vai mexer, a receita em
60 anos longos chega a 1 milhão de reais, ou seja, o parque sequer paga seu
61 próprio custeio, sendo hoje uma das maiores atrações naturais disponíveis no
62 Paraná e precisa de mais serviços. O processo licitatório terá como lance
63 mínimo um percentual de 9% sobre o valor da bilheteria, tendo em vista dois
64 interessados, sendo um deles um grupo da cidade de Ponta Grossa. Dando
65 continuidade, Wilson justifica a ausência dos membros, Prefeito Marcelo Rangel,
66 Victor Hugo e Secretário da Indústria e Comercio, José Loureiro, que estão em
67 São Paulo ajustando a questão sobre novas linhas aéreas para o aeroporto de
68 Ponta Grossa, portanto, três assuntos relacionados à Pauta, não serão
69 discutidos nessa reunião. Wilson passa a palavra para Claudio, que tratará sobre
70 o Novo Projeto de Lei que trata Tributação sobre o Uso do Subsolo. Claudio inicia
71 falando sobre o Projeto de Lei, o qual estava cobrando R\$ 81,11 a cada metro
72 linear, para qualquer empresa que queira explorar o subsolo. Fizemos um novo
73 Projeto de Lei mudando o valor calculado sobre a VR de R\$ 81,11 para R\$ 8,11,
74 porem, mesmo assim em comparação com a Curitiba, são Jose dos Pinhais,
75 Campo Largo, Balsa Nova, Castro, Carambeí, Palmeira, Fazenda Rio Grande,
76 essa taxa é zero, eles não cobram nada das empresas, que exploram o subsolo,
77 Londrina, Araucária, Campina Grande do Sul, Colombo, Quatro Barras, cobram
78 R\$ 0,99 por metro linear, então o prefeito vetou a lei que era de R\$ 8,11,
79 apresentamos um novo Projeto, colocando 10% de um VR, ou seja, ficou R\$
80 0,81 a cada metro linear, e VR sobe conforme a inflação, e acompanha uma
81 evolução, concluindo que, não houve alteração na taxa de valor anual que é de
82 aproximadamente R\$500,00. O Projeto que está sob o nº 234/2019, foi para
83 votação na câmara na data dessa reunião e foi divulgado a aprovação no final
84 desta assembleia pela Câmara Municipal. Na sequência, Wilson passa a palavra
85 para Paulo Barros, que segue com esclarecimentos sobre a Câmara Técnica
86 Provisória de Saneamento Básico, salientando que tiveram uma reunião com o
87 pessoal da Sanepar e foi muito produtiva e que vale a pena estender o convite
88 para Jeanne Schmidt, para explicar para todo o Conselho, sobre os
89 investimentos e o que a Sanepar quer fazer para cobrir essa falta d'agua parcial.
90 Explica também que houve mudança em relação a proposta que era de quase
91 R\$ 950 milhões para quase R\$ 1,5 bilhão, nesses trinta anos de uma possível
92 nova concessão, tendo questões que envolvem manutenção e investimentos.
93 Leonardo pergunta se já tem uma minuta inicial, pois seria interessante para o
94 Conselho. Paulo explica que os primeiros pontos são da compensação ambiental
95 que continua um por cento, e aquele um sétimo a cada gestão municipal. Fica
96 então o Convite a Gerente Regional da Sanepar Jeanne, para participar da
97 próxima reunião do Conselho. Com a palavra Ciro fala sobre o Novo Plano

98 Diretor de Ponta Grossa, que no dia 02 de setembro de 2019, é o prazo final
99 para entrega do Plano Diretor, que teve prazo estendido de Junho de 2019 para
100 Setembro de 2019. Plano o qual a Urbitec tem dado apoio através um grupo de
101 quatro arquitetas, um geógrafo, um engenheiro civil, um engenheiro de materiais,
102 um engenheiro elétrico. Ciro explica que estão terminando e vão entregar para
103 o prefeito a principio no dia 02 de setembro de 2019, todo plano diretor e um
104 plano de mobilidade urbana que é muito importante também, pois sem esse
105 plano de mobilidade urbana, não se pode fazer licitações, convênios,
106 empréstimos bancários e internacionais, ou seja, o próximo gestor não consegue
107 fazer nada. Todas as reivindicações foram levadas em pauta para a empresa.
108 Entregando o plano diretor ao prefeito e encaminhando para a câmara dos
109 vereadores, caso a câmara queira modificar algo, ai volta para nós, pois eles não
110 tem capacidade para realizar mudanças, apenas sugerir que modifique. Wilson
111 apresenta o tema sobre a Implantação de CEASA e Bruno apresenta estudos
112 que foram realizados, pois o assunto vem sendo discutido desde o final da
113 década de 90. O estudo realizado em fevereiro de 2012, apresentou inviabilidade
114 técnica para a implantação de uma central de abastecimento na cidade de Ponta
115 Grossa. Nesse meio tempo houve varias reuniões, onde um muito importante
116 aconteceu o dia 19 de dezembro de 2017, na ACIPG, que já tinha como
117 Presidente o senhor Douglas, aí falou-se de revitalizar esses estudos de
118 viabilidade de um CEASA, reunião a qual estava presente o Presidente do
119 CEASA, senhor Natalino, e a partir disso começou novos estudos. Joel sendo
120 sempre muito solícito a Secretaria, ajudou muito nessa questão de fazer o estudo
121 de viabilidade econômica do CEASA, e Eldo Becker, Diretor de agricultura,
122 ajudou com a parte técnica dos números, do que o estado e nossos 22
123 municípios em volta teria de capacidade. No dia 28 de maio, conseguimos
124 entregar ao Prefeito o Projeto de Estudo de Viabilidade que realmente funciona,
125 com 9,6% de rentabilidade ao ano. Esse Projeto já foi encaminhado aos líderes
126 do estado para análise. A prefeitura é solícita a esse Projeto e a sociedade civil
127 também está muito interessada. A Secretaria tem discutido um assunto e
128 acredita que é o que está faltando para que o projeto saia do papel, e tem como
129 tema central o COOPERATIVISMO. Atualmente, atende-se pelo Programa Feira
130 Verde em torno de 200 produtores que não tem cooperação entre eles.
131 Dia 5 de setembro haverá uma reunião com o pessoal sobre cooperativa de
132 produção de agricultura familiar. O Governo do Estado lançou até R\$ 420 mil
133 reais de apoio para que as cooperativas que já estejam mobilizadas tenham essa
134 verba e possam se movimentar.
135 O projeto foi feito através de um levantamento da secretaria na questão dos
136 produtores do uso dos 22 municípios, para fazer o estudo, considerou se a
137 produção tem produto, tem o processo de organização associativa desse
138 pessoal, o qual está começando agora.
139 Eldo explica que hoje a produção realmente não existe, o estudo começou e
140 fiquei trabalhando nisso da seguinte forma, 70% de produtores do municípios
141 possuem até 4 módulos fiscais, ou seja até 48 hectares e eles detém a menor
142 parte de área útil trabalhada, e para essas pequenas áreas, grandes culturas
143 não viabiliza o produtor, o que vem acontecendo ano a ano. Produtores vendem
144 um pedaço de terra e tornam-se marginalizados no meio urbano, e é provado
145 um cidadão que sai do meio rural e vem para o meio urbano ele custa dez vezes
146 mais caro para o município do que manter ele na origem, e ele não vem para a

147 cidade por livre vontade, e sim porque ele é forçado a abandonar a propriedade
148 e que é um negocio rentável, muito mais rentável que grandes culturas, alias é
149 a única alternativa deles. O problema está na técnica, que esse produtor herda
150 do pai. Precisa-se investir em capacitação. O projeto levará um ou dois anos. A
151 secretaria necessitará da EMATER que possui o conhecimento.
152 Leonardo comenta que na festa do mérito empresarial, colaboradores presentes
153 do Madero comemoram a implantação do ceasa em ponta grossa.
154 Sem mais, o presidente Wilson encerra a reunião às 16:15, e eu, secretario
155 Leonardo Puppi Bernardi, encerrei a presente ata.